

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/09/2015 a 30/09/2015**

**Mídias analisadas:**

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## **Índice**

### **Obtenção de imóvel pelo Incra põe fim a conflito agrário em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/09/2015**

Palco de conflitos agrários que se arrastavam há cerca de cinco anos, o imóvel Fazenda Camaçari, localizado no município de Itaporanga D’Ajuda (distante cerca de 30 Km de Aracaju), será agora destinado à reforma agrária.

Em evento agendado para a próxima terça-feira (08), na área da própria fazenda, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) apresentará oficialmente o documento de imissão de posse recebido pela autarquia, após decisão da 7ª Vara da Justiça Federal, em Estância. “É uma conquista importante, pelo potencial produtivo do imóvel, que permitirá o desenvolvimento das famílias assentadas, e, também, por encerrar uma situação conflituosa que já durava alguns anos. Mais um avanço da reforma agrária, que beneficiará não apenas os agricultores, mas toda a economia regional”, afirmou André Luiz Bomfim Ferreira, superintendente regional do Incra em Sergipe (Incra/SE).

Vistoriado em 2010 e classificado como improdutivo, o imóvel, com 1315 hectares de extensão, apresenta condições favoráveis ao desenvolvimento da pecuária e de culturas como o maracujá, o milho e o feijão. No local será implantado pelo Incra um projeto de assentamento com capacidade para abrigar a 90 famílias.

A Fazenda Camaçari é o quarto imóvel obtido pelo Incra em Sergipe este ano e a autarquia federal aguarda, ainda, decisões referentes a outras ações judiciais impetradas, visando à obtenção de novos imóveis nos municípios de Tobias Barreto, no Sertão Ocidental, e Poço Redondo e Canindé do São Francisco, no Alto Sertão Sergipano.

### **Incra adquire 2 mil hectares para assentamento em Esmeralda (RS) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 04/09/2015**

Na manhã desta sexta-feira (04), o superintendente regional do Incra/RS, Roberto Ramos, assinou a escritura de compra e venda da Fazenda São Clemente, uma área de 2.045 hectares no município de Esmeralda. O imóvel vai ser destinado ao assentamento de 143 famílias, e é a primeira área obtida para reforma agrária no Rio Grande do Sul este ano.

O contrato celebrado com o proprietário Ernani José de Castro Gamborgi é regido pelo Decreto 433/92, que prevê o pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária (TDA), resgatáveis em cinco anos, e das benfeitorias em dinheiro. O valor total da transação é de R\$ 25,7 milhões - as benfeitorias, totalizando R\$ 946 mil, foram pagas hoje, e os TDAs no restante do valor serão emitidas em até 120 dias.

Com a assinatura, o Incra/RS passa a encaminhar os procedimentos para a criação formal do assentamento - o ato será celebrado com um evento no local no final do mês.

### **Senado aprova que União indenize produtores rurais que vivem em áreas declaradas como indígenas – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 08/09/2015**

Brasília, 8 de setembro de 2015 - O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (08/09) Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 071/2011 que altera o artigo 23 da Constituição Federal e acrescenta às Disposições Constitucionais Transitórias a

exigência de a União indenizar os proprietários de títulos de domínio em áreas declaradas tradicionalmente indígenas e que tenham sido regularmente expedidos pelo Poder Público até a data de 5 de outubro de 2013.

Os detentores desses títulos dominiais serão indenizados previamente e de forma justa em razão dos danos aos imóveis, de acordo com a redação da PEC aprovada pelos senadores. Os cálculos serão feitos com base no “valor da terra nua e nas benfeitorias necessárias realizadas no imóvel”, conforme define o texto do senador Blairo Maggi (PR/MT), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados, onde se dará a votação final.

Os senadores, na votação em plenário da PEC 071/2011, ocorrida na noite desta terça-feira (08), aprovaram emenda do senador Roberto Requião (PMDB/PR) – com 65 votos favoráveis, em primeiro turno, e 58, em segundo turno, sem nenhuma manifestação contrária dos parlamentares. O texto da emenda diz que a indenização das terras consideradas indígenas se dará de duas maneiras: em dinheiro ou em Títulos da Dívida Agrária (TDAs). A opção será do proprietário.

Segurança jurídica - O presidente da CNA, João Martins, entende que a medida traz segurança jurídica ao produtor rural e, também, às comunidades indígenas, facilitando o fim dos conflitos e estabelecendo o diálogo entre as partes.

Com a aprovação da PEC 071 e a consequente permissão para se indenizar a terra dos produtores rurais, reconhecidas como território indígena, será possível resolver definitivamente os conflitos entre índios e produtores rurais.

O texto do relator destaca que a aprovação da PEC 71 representa importante avanço porque dá à União as condições legais para arcar com as despesas referentes às indenizações. A proposta, originalmente, foi iniciativa do senador Paulo Bauer (PSDB-SC).

---

### **Grupo de Trabalho analisará a consolidação dos assentamentos de reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/09/2015**

Os processos de consolidação dos projetos de assentamentos, assim como as possíveis modalidades de titulação definitiva de lotes da reforma agrária aos beneficiários serão objetos de análise pelo Grupo de Trabalho específico criado pelo Incra, para discutir o tema. A Portaria, assinada pelo presidente substituto Leonardo Góes, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (8) e estabelece que o GT tem como atribuições, regulamentar a Lei nº 13.001/ 2014, e fazer análise e revisão de atos normativos internos que tratam da consolidação dos assentamentos. O prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório técnico é de 30 dias.

O GT deverá identificar problemas, e sugerir soluções para redefinir conceitos, processos e procedimentos envolvendo a titulação. De acordo com a Portaria, o foco é promover a adequada condução das ações de consolidação, titulação e destinação de bens imóveis em projetos de reforma agrária, assegurando aos beneficiários um padrão de produção agrícola social e ambientalmente sustentável.

O GT será composto por representantes, titular e suplente, da Diretoria de Ordenamento Fundiário, Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, Diretoria de Gestão Administrativa, Diretoria de Gestão Estratégica e da Procuradoria Federal Especializada. A coordenação do GT ficará a cargo da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

---

**Justiça Federal anula demarcação de área indígena no norte do Rio Grande do Sul – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 10/09/2015**

Porto Alegre / Rio Grande do Sul (10 de setembro de 2015) - O Juiz Federal Joel Luis Borsuk, da 1ª Vara Federal de Erechim/RS, proferiu sentença nesta quarta-feira (09/09) julgando procedente a ação judicial movida por agricultores atingidos pela demarcação de uma área indígena no perímetro de 4.230 hectares e cerca de 30 km nos municípios de Erebangó, Getúlio Vargas e Erechim.

Em sua sentença, Borsuk anulou a demarcação da área declarada pela Funai e pelo Ministério da Justiça como Terra Indígena de Mato Preto após considerar ausentes os requisitos do artigo 231, da Constituição Federal. O juiz determinou, ainda, que a Funai e a União se abstenham de praticar qualquer ato de demarcação até o julgamento final do processo.

De acordo com a sentença, "não se verifica ocupação tradicional dos índios guaranis na região de Mato Preto ao tempo da promulgação da Constituição Federal de 1988 (05/10/1988)". Este fato impõe "a procedência da ação para anular a Portaria Declaratória nº 2.222/2012 do Ministério da Justiça", que havia declarado a área como de ocupação tradicional do grupo indígena Guarani Chiripá e Mbya.

A sentença resguarda os direitos de aproximadamente 350 famílias de pequenos agricultores atingidos pela demarcação. Segundo o presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos da FARSUL, Nestor Hein, a decisão judicial observou as diretrizes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do caso "Raposa Serra do Sol", reconhecendo que o marco temporal da ocupação indígena exigido para o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas é a data da promulgação da Constituição Federal.

---

**Incrá encaminha processo de regularização de comunidade quilombola na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/09/2015**

A comunidade quilombola Batateira, localizada numa ilha do município de Cairu, no território de identidade do Baixo Sul da Bahia, terá seu processo de regularização fundiária acelerado, por meio da elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

A informação foi repassada aos moradores na terça-feira (8), durante visita dos gestores da Superintendência Regional do Incra na Bahia, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) do Estado, e da Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

O superintendente do Incra na Bahia, Luiz Gugé, informou que a conclusão RTID está em estágio avançado, pontuando que novas visitas técnicas estão programadas para os próximos dias. “Assumimos o caso da comunidade de Batateira como prioridade. Defendemos a causa desta comunidade. Faremos o esforço necessário, com a série de etapas que envolvem este processo de regularização fundiária”, ressaltou.

Apesar de estar numa região de frequentes situações de conflito fundiário, o local está devidamente reconhecido como comunidade quilombola desde 2010, certificada junto à Fundação Cultural Palmares (FCP).

### *Políticas Públicas*

A secretária da Sepromi, Vera Lúcia Barbosa, destacou que os avanços na identificação da área são fundamentais para a otimização de políticas públicas para as famílias locais, que utilizam a ilha para fins de moradia e subsistência, com manutenção da cultura e dos modos tradicionais de vida, peculiares de comunidades remanescentes de quilombo. “Cada órgão tem assumido o seu papel institucional, onde percebemos a colaboração mútua. Precisamos caminhar de mãos dadas, numa parceria cada vez mais estreita, inclusive com a comunidade”, afirmou a secretária, lembrando que a mobilização da comunidade é fundamental para a consolidação das conquistas da população.

De acordo com a superintendente da SPU na Bahia, Cláudia Meire de Salles, por se tratar de uma ilha, a área está submetida às regras legais e ao monitoramento do Governo Federal. Por conta disso, o órgão está atuando na região, inclusive realizando vistorias de fiscalização. “Estamos ouvindo a população e trabalhando com dedicação para concluir os trabalhos com brevidade”, ressaltou. Ela enfatizou que após a finalização do RTID, por parte do Incra, outras ações associadas serão desenvolvidas, resultando na publicação da Portaria de Serviço de Interesse Público, além do Título de Reconhecimento de Domínio em benefício da comunidade.

### *Demandas*

Representantes da comunidade relataram as necessidades atuais das famílias que vivem em Batateiras, com demandas nas áreas da educação, transporte, saúde, segurança pública, dentre outras.

A população local vive da atividade pesqueira e do extrativismo, além da criação de animais e cultivo de aipim, coco, mandioca e banana. A expectativa é de que a finalização dos procedimentos técnicos e domínio definitivo da área, as políticas sejam intensificadas com a melhoria nas condições de moradia, geração de renda, além de apoio à inclusão produtiva.

A energia elétrica, uma das principais conquistas destacadas, chegou à localidade em 2013, com investimento federal na ordem de R\$ 230 mil. A agenda realizada na comunidade quilombola contou, ainda, com a presença de representante do Conselho Pastoral de Pescadores na região.

---

**“A reforma agrária é cara”. João Paulo Biage – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 11/09/2015**

Os artigos 5º e 186 da Constituição Federal de 1988 afirmam que ‘a propriedade atenderá sua função social’. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, também fala sempre da função social da terra em seus discursos e a importância do bem para garantir a soberania alimentar e nutricional brasileira. Mas o que é isso? Como uma propriedade cumpre sua função na sociedade? O advogado da União e Consultor Jurídico do MDA, João Paulo Santos responde.

*O que é função social da terra?*

É uma história longa, feita no Brasil e no exterior por muito tempo. A ideia de uma função social da propriedade surge como uma reação ao Código Civil de Napoleão, em 1804, que foi o primeiro código civil depois da Revolução Francesa, que colocou o direito de propriedade como centro do direito, como direito absoluto. Mas colocar a propriedade como absoluta acabou gerando uma imensa desigualdade.

Começa-se a perceber que a propriedade deva existir, mas que ela tenha um porquê de existir. Ela não é um fim em si mesma. Ela tem uma finalidade, ela serve a sociedade. E não é apenas na geração de riquezas, mas também no significado cultural e religioso para povos tradicionais, além de ser também uma fonte de trabalho justo.

*Como uma propriedade cumpre sua função social?*

A Constituição de 1988, no artigo 186, fala que o imóvel cumprirá a função social da propriedade quando atender a quatro aspectos simultaneamente. 1– aproveitamento racional e adequado, que é relacionado com as riquezas. 2 – o aspecto ambiental, que é a função ambiental da propriedade. 3 – proporcionar relações justas e adequadas de trabalho. 4 – Bem-estar, que é evitar os conflitos.

Ou seja, a propriedade da terra não serve só para aspecto econômico, mas também garante a proteção ambiental, precisa gerar trabalhos dignos e gerar paz no campo.

*A agricultura familiar é um exemplo do cumprimento dessa função social?*

Com certeza! Se você olhar para os quatro aspectos, a agricultura familiar cumpre todos. É um espaço que gera alimentos, empregos com relação justa de trabalho e proporciona paz no campo. A terra está produzindo alimentos saudáveis que a sociedade precisa, e essa é a ideia. O fundamental é que a terra gere algo que a sociedade precise.

*Quais os entraves para garantir esse cumprimento em todo o Brasil?*

A partir do momento em que o proprietário descumpra a função social, o correto seria que o ente federativo competente, a União, por meio do Incra, faça a vistoria da área e comece um processo de desapropriação. O problema é que a possibilidade do Incra desapropriar até 1993 era quase zero, pois não havia legislação sobre isso.

Depois disso, gerou-se uma série de empecilhos. Foram vários debates com o Judiciário, milhões de famílias sem-terra surgiram e a reforma agrária não andava. A solução final seria a criação de uma justiça agrária, mas enquanto não chegamos lá, a solução é usar a Constituição e levar ao Supremo Tribunal Federal para que possamos rediscutir a terra que queremos.

Será que queremos uma terra em que o sujeito planta soja em larga escala, gerando poucos empregos e colocando agrotóxicos da maneira que ele quer? Nenhum país desenvolvido no mundo tem essa concepção.

Temos um problema gravíssimo, que é a afirmação de que o agronegócio mantém a balança comercial brasileira. Nós temos 200 milhões de habitantes no Brasil, nenhum país com esse número de habitantes sobrevive sem importar comida. E nosso índice de importação de alimentos é de 5%. 95% do que comemos é produzido aqui, sendo 70% da agricultura familiar. Se fôssemos um país sem a agricultura familiar forte e tivéssemos que importar comida, nosso balanço seria negativo.

*E como fazer para garantir uma melhor distribuição de terras?*

A desapropriação pode parecer que trabalha contra a propriedade, mas ela trabalha a favor. Antes, no estado absolutista, não se desapropriava. Tudo era confiscado. A desapropriação parte de uma garantia absoluta da propriedade. E sempre haverá desapropriação, seja para fazer estradas, palácios, sítios arqueológicos... Hoje há dois tipos de desapropriação – a clássica e a desapropriação-sanção. A desapropriação para reforma agrária é uma desapropriação-sanção para o proprietário que não cumpriu a função social da propriedade. Então, o tratamento deve ser diferente, pois é uma sanção: não é pago em dinheiro, mas sim em títulos da dívida agrária e o pagamento é de preço justo. Nenhum lugar da Constituição Federal aponta preço de mercado, mas sim preço justo.

Aqui começa o primeiro problema: se é uma sanção, como o preço justo é o preço de mercado? Precisamos ter um ponto de equilíbrio entre interesses pessoais e coletivos. Hoje, geramos na reforma agrária, por causa do Judiciário, preços exorbitantes de indenização ao proprietário. Porque, além do preço de mercado, é pago juros moratórios, atualização monetária e juros compensatórios, de 12% ao ano. Além de ter um custo excessivo para o erário, tem um custo no sentimento do País. Assim, eu traduzo um pensamento interessantíssimo: a reforma agrária, que é barata, com a indenização exorbitante, passa a ser cara demais. Assim, hoje, é mais barato desapropriar pela forma antiga do que pela ‘sanção’ ao mau proprietário.

---

### **Inkra retoma ações de desintrusão de não índios no Sul do Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/09/2015**

A Superintendência Regional do Incra no Sul do Pará deu início ao plano de atuação de assentamento de ocupantes não índios da Terra Indígena Apyterewa no assentamento Belauto, localizado no município de São Félix do Xingu (PA). Isso foi possível graças à decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que revogou a liminar que impedia o órgão fundiário de trabalhar na área. A decisão judicial reintegra o Incra na posse do assentamento, liberando a autarquia para assentar novos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e dar sequência na aplicação dos Créditos Instalação e outras políticas públicas.

O coordenador geral de Obtenção de Terras do Incra em Brasília, Robson Fonzar, veio a Marabá para contribuir na elaboração do plano de atividades a serem realizadas em Belauto. Serão trabalhadas ações de crédito, habitação e a retomada do convênio de



infraestrutura com a prefeitura de São Félix do Xingu, para a construção de estradas vicinais.

Os trabalhos deverão ocorrer em paralelo com a desintrusão da Terra Indígena Apyterewa, recentemente determinada pelo Supremo Tribunal Federal. O assentamento Belauto tem área total de 25.210 hectares e foi planejado com o objetivo de promover o assentamento de ocupantes não índios da Terra Indígena Apyterewa com perfil da reforma agrária. Em conjunto com a Fundação Nacional do Índio, o Incra implementará medidas de logística, fornecendo equipamentos e aparatos necessários, para fins de efetivação e cumprimento da ordem de desintrusão da área indígena.

---

### **Incra apresenta à ONU política de regularização de territórios quilombolas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/09/2015**

A política de regularização fundiária para comunidades quilombolas foi apresentada nesta terça-feira (15) a uma delegação da Organização das Nações Unidas (ONU) durante visita à sede do Incra, em Brasília. A equipe internacional chegou ontem ao Brasil e permanecerá até o dia 24 de setembro numa missão cujo objetivo é avaliar a situação dos direitos humanos das minorias - entre elas os ciganos e os quilombolas - que vivem no País.

No encontro, a presidente do Instituto, Maria Lúcia Falcón, explicou à relatora Especial sobre Minorias das Nações Unidas, Rita Izsák, que o Incra foi criado há 45 anos para atuar na redistribuição de terras aos pequenos agricultores. Somente em 2003, com a edição do Decreto Presidencial 4887, que o órgão passou a ter responsabilidade de também atuar na regularização de territórios quilombolas.

"A Autarquia tem destinado esforços nesta tarefa e alcançado resultados positivos diante do enfrentamento cotidiano de setores conservadores que buscam a concentração fundiária", disse a presidente, complementando que muitas das conquistas estão relacionadas à implantação, em 2013, da Mesa Permanente de Diálogo Quilombola. A Mesa possui representação da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq) e de todos órgãos federais envolvidos no tema. "As reuniões acontecem a cada dois meses e delas saem os encaminhamentos para planejar ou mudar ações anuais voltadas ao setor quilombola", explicou.

Participaram da audiência o procurador federal da Advocacia Geral da União (AGU) junto ao Incra, Júnior Divino Fidéles, que explicou sobre o Direito brasileiro, as inovações trazidas pela Constituição de 1988 - entre elas, a efetivação de direitos quilombolas -, e a coordenadora-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, Isabelle Picelle.

Isabelle informou que existem 1.516 processos abertos no Incra para regularização de territórios, 194 estudos antropológicos publicados - que é o primeiro passo para o processo de regularização - e 189 títulos concedidos, isto é, 1,33 milhão de hectares definitivamente devolvidos ao povo quilombola.

#### *Como é a regularização*

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana que se autodefinem a partir das relações com a terra, o

parentesco, o território, a ancestralidade e as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Para que seus territórios sejam regularizados, as comunidades devem encaminhar uma declaração na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autorreconhecimento. Devem ainda encaminhar à superintendência regional do Incra do seu estado uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando à regularização da área.

A regularização do território tem início com um estudo da área, a elaboração de um Relatório Técnico que Identifica e Delimita (RTID) o território da comunidade. Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola.

A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas por meio de desapropriação com o pagamento das benfeitorias e a demarcação do território. Ao final do processo, é concedido um título coletivo de propriedade à comunidade em nome da associação dos moradores da área e feito seu registro no cartório de imóveis. O título é coletivo, inalienável, indivisível, imprescritível e entregue sem ônus para a comunidade.

---

#### **Reforma agrária é um dos eixos das ações do Plano Estratégico do MDA – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 17/09/2015**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, aprovou nesta quinta-feira (17), em Brasília, o plano estratégico do MDA. Com 14 diretrizes, o documento de referência tem objetivos que compreendem três eixos: questão agrária, fundiária e qualidade de vida e cidadania. O planejamento também traz os resultados esperados pela pasta até 2018.

“Esse trabalho sinaliza que estamos no caminho certo, deixando claro onde estamos e aonde queremos chegar”, destacou Patrus, durante o último debate em torno do planejamento do ministério para os próximos anos. No encontro, estiveram presentes, ainda, a presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lucia Falcón, e o presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), Paulo Guilherme Cabral.

Além dos objetivos definidos, o ministro trouxe à equipe as vivências obtidas nas visitas aos territórios rurais. “Nessas viagens que estamos fazendo, vejo que a Assistência Técnica e a Extensão Rural é um tema muito relevante aos nossos agricultores, assim como o Programa de Aquisição de Alimentos”, afirmou.

Essas duas iniciativas, por exemplo, se fortalecem no novo planejamento do MDA. A expectativa é a ampliação dos serviços de Ater no país, garantindo que 50% das mulheres rurais sejam contempladas com a ação e duas mil organizações produtivas familiares possam ser beneficiadas com o Ater Mais Gestão até 2018. Com isso, mais trabalhadores rurais poderão ter acesso a mercados privados, por meio de programas como o PAA e o Pnae (Alimentação Escolar).

A produção de alimentos saudáveis também é um dos focos do ministério. A perspectiva é que, ao final do período de vigência do planejamento, sejam contabilizados, em todo país, um milhão de agricultores familiares agroecológicos. “Nesses nove meses, estamos trazendo à luz coisas muito boas, anunciadoras e promissoras”, ressaltou Patrus.

### *Reforma agrária*

De acordo com o ministro, as metas estratégicas dessa gestão permeiam a reforma agrária. “Não podemos deixar de debater, discutir e cumprir um caráter pedagógico em torno da função social da propriedade; da reforma agrária, com o assentamento das famílias acampadas; e do desenvolvimento da agricultura familiar vinculado com a Anater”, explicou.

Patrus informou à equipe que a proposta de assentamento das mais de 100 mil famílias acampadas foi enviada à Presidência da República. O projeto foi elaborado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

Para a presidente da autarquia, o planejamento mostra a integração entre o ministério e o instituto. “A gente se vê refletido no planejamento. Dá para sentir a afinidade entre o Incra e o MDA, que o ministro destacou, e salta aos olhos a dedicação na elaboração desse plano”, apontou Maria Lucia Falcón.

### *Monitoramento*

Segundo o diretor do Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural (Nead/MDA), Roberto Wagner, o planejamento estratégico do MDA está em constante movimento. “Após esta etapa, vamos monitorar o plano e as nossas metas, continuamente”, explicou ao adiantar que o primeiro encontro de acompanhamento, com a equipe ministerial, já está marcado para março de 2016.

### **Incrá obtém posse de imóvel que será transformado em assentamento em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/09/2015**

A Justiça Federal em Lages (SC) repassa, nesta quarta-feira (23), ao Incra a posse do imóvel denominado Fazenda Cabaçais - localizado no município de Ponte Alta, na região da serra catarinense e distante cerca de 250 km da capital Florianópolis. O ato formal de repasse da posse atende a pedido liminar da Procuradoria Regional do Incra em Santa Catarina na ação de desapropriação da área e irá viabilizar o assentamento de agricultores no local.

A desapropriação da fazenda se justifica em razão do descumprimento de sua função social, uma vez que foi diagnosticada como improdutiva no laudo de fiscalização agrônômica elaborado por profissionais do Incra. Declarado de interesse social para fins de reforma agrária pela presidente da República em decreto de 30 de dezembro de 2014, o imóvel chega à posse do Incra após o trâmite judicial.

A intenção de todo o processo é garantir que a porção de terra de cento e dezenove hectares seja ocupada por quem efetivamente a utilize para produção agropecuária. "O trabalho prestado pelo Incra implica em concretização de vários Princípios

Constitucionais, a começar pela fiscalização da função social da propriedade, garantia de acesso à propriedade, moradia, produção de alimentos saudáveis, enfim, dignidade da pessoa humana - este último fundamento da nossa República. Por isso, a importância desta autarquia que há mais de quatro décadas democratiza o acesso à propriedade, garante dignidade e cidadania às famílias dos trabalhadores rurais e contribui para o desenvolvimento econômico e social do país", destaca o procurador federal Valdez Adriani Farias.

Serão emitidos Títulos da Dívida Agrária (TDA) para indenização ao proprietário e as famílias a serem assentadas deverão atender aos critérios socioeconômicos da Reforma Agrária, para então serem homologadas e estarem aptas a receber créditos para iniciar suas atividades.

---

### **Sem Terra ocupam fazenda improdutiva do ex-deputado Pedro Corrêa, em PE – Site do MST. 28/09/2015**

*Pedro Corrêa está preso, condenado a 7,2 anos de prisão por corrupção ativa.*

Cerca de 100 famílias Sem Terra ocuparam, na manhã deste domingo (27), a Fazenda Nova Esperança, no município de Brejo da Madre de Deus, à 200 quilômetros de Recife (PE).

A fazenda de cerca de 2 mil hectares é propriedade da família do ex-deputado do Partido Progressista (PP), Pedro Corrêa, condenado por corrupção no processo do mensalão, que cumpre pena em regime fechado desde 2013, e investigado pela Operação Lava Jato, que apura casos de desvios e corrupção na Petrobras.

De acordo Francisco Terto, da coordenação nacional do MST, os Sem Terra ocuparam a área para chamar atenção sobre a atual situação da Reforma Agrária no país.

“Pensamos essa ocupação para chamar atenção das autoridades e pressionar os órgãos responsáveis para paralisação da Reforma Agrária em todo o país. Essa é uma área emblemática, improdutiva e que pertence a uma família que sempre usou o latifúndio como forma de fazer política”, afirma.

Para Terto, é inadmissível que a família Corrêa domine a política do estado por meio da concentração de terras. Sobre as alegações por parte da família do ex-parlamentar, que atribui a ocupação às tratativas que Corrêa está fazendo para fechar um acordo de delação premiada com a Justiça no âmbito da Operação Lava Jato, Terto é taxativo.

“Essa é uma ocupação que não tem ligação com o governo federal, não existem nenhum partido por trás como acusa a família Corrêa. A área de 2 mil hectares estava abandonada e seguia sem produção. Não podemos permitir mais o acúmulo de terras por famílias que detêm toda sua fortuna construída no latifúndio”, destaca.

#### *Denúncias*

O ex-deputado Pedro Corrêa recebeu um mandado de prisão pela 11ª fase da Operação Lava Jato em abril deste ano.

Na época ele estava no Centro de Ressocialização do Agreste, em Canhotinho, Agreste de Pernambuco, onde cumpria pena em regime semiaberto por condenação no processo do mensalão.

No mesmo mês, o ex-parlamentar foi transferido para a penitenciária de Curitiba, no Paraná.

Ele responde pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Nas investigações sobre o esquema de corrupção na Petrobras, ele teve o nome citado pelo ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, como recebedor de propina de R\$ 5,3 milhões.

Em 2012 Pedro Corrêa foi condenado a 7 anos e 2 meses de prisão no processo do mensalão por ter recebido dinheiro em troca de apoio político.

Em 2001 a filha do ex-deputado, Aline Corrêa também foi indiciada por prática do delito de apropriação indébita previdenciária.

A parlamentar foi denunciada como uma das responsáveis pela administração da empresa Caminhoneiro Veículos Ltda, e ter efetuado o desconto da contribuição previdenciária dos empregados da empresa e não ter repassado ao fisco, relativamente ao período de agosto de 2000 a outubro de 2001.

---

#### **Califórnia classifica herbicida Roundup como cancerígeno. Lorraine Chow – Site do MST. 28/09/2015**

*A ação obriga o Estado a publicar uma lista de produtos químicos conhecidos por serem causa de câncer, defeitos pré-natais e outros danos reprodutivos.*

A primeira do país, a Agência de Proteção Ambiental da Califórnia (Cal/EPA, por sua sigla em inglês) informou que pensa em reclassificar o glifosato – ingrediente tóxico ativo do herbicida Roundup, da Monsanto – por saber que provoca câncer.

Segundo uma "notícia de intenção", publicada recentemente pelo Escritório de Avaliação de Risco Sanitário Ambiental (OEHHA, por sua sigla em inglês), pertencente à Cal/EPA, a ação entra no âmbito da Proposta 65, da Califórnia, que obriga o Estado a publicar uma lista de produtos químicos conhecidos por serem causa de câncer, defeitos pré-natais e outros danos reprodutivos.

A mesma lei, também conhecida como Lei de Responsabilidade pela Água Potável Segura e os Tóxicos, de 1968, exige também que certas substâncias identificadas pela Agência Internacional de Pesquisa do Câncer (IARC, por sua sigla em inglês), dependente da Organização Mundial da Saúde (OMS), sejam incorporadas à lista de cancerígenos.

O anúncio da agência estatal californiana, de 04 de setembro último, responde à classificação do glifosato pela IARC, no último mês de março, como "provável cancerígeno em seres humanos".

"Os estudos de casos de exposição ocupacional realizados nos Estados Unidos, Canadá e Suécia informaram um incremento de risco de linfoma não de Hodgkin, que persiste depois de ajustar outros pesticidas", expressou a IARC acerca do herbicida. Também há

"convincentes provas" de que pode provocar câncer em testes de laboratório com animais.

Parece que a Califórnia é o primeiro estado do país a fazer essa avaliação do polêmico produto químico, segundo o doutor Nathan Donley, cientista do Centro para a Diversidade Biológica. "Pelo que sei, esta é a primeira agência reguladora dos Estados Unidos que determina que o glifosato é um cancerígeno", explicou o doutor Donley em um e-mail para a EcoWatch. "Trata-se de uma conquista muito grande".

O Roundup, o emblemático herbicida da Monsanto, é utilizado nos cultivos de todo o mundo e é o mais conhecido dos antipragas dos EUA. A gigante do agronegócio sustenta que seu produto é seguro e exige que a OMS retire seu informe.

Apesar das reclamações da empresa, muitos anos de investigação relacionam o Roundup com inúmeros problemas de saúde e do meio ambiente; também se registra uma diminuição recorde das mariposas monarca. Em junho último, a França proibiu a venda do Roundup em lojas de jardinagem devido à inquietação por sua toxicidade.

Não está claro se outros estados seguirão os passos da Califórnia, ainda que este estado, especificamente, ponha ênfase especial nas leis de etiquetagem comercial.

"Se quaisquer outros estados acabam resolvendo que o glifosato é um cancerígeno, não creio que disponham dos requisitos de etiquetagem que a Proposta 65 proporciona o Estado da Califórnia", diz Donley. "São os requisitos de rotulagem os que realmente dão ao consumidor a informação que necessitam para tomar uma decisão informada acerca de comprar ou não um produto específico".

Aparte do glifosato, há outros três produtos químicos – tetracloreto de carbono, paration e malation – que também estão na relação de causadores de câncer da Cal/EPA. A agência avisa que tem a intenção de, em um prazo de 30 dias, acrescentar estes produtos químicos aos aproximadamente 800 já conhecidos por sua carcinogenicidade, informa a agência RT.

Sam Delson, porta-voz da OEHHA, disse à Agri-Pulse que as assinaturas que empregam 10 ou mais pessoas e utilizem os produtos químicos que figuram nessa lista devem "advertir clara e razoavelmente" sobre os danos que podem ocasionar esses produtos.

A lista não restringe o uso nem a venda das substâncias que especifica; o público está autorizado até o próximo dia 05 de outubro a apresentar comentários acerca da proposta.

A porta-voz da Monsanto, Charla Lord, disse à Agri-Pulse que o "glifosato é uma ferramenta eficaz e valiosa para os granjeiros e outros usuários, muitos deles do Estado da Califórnia. Em breve, proporcionaremos informação científica detalhada à ORHHA sobre a segurança do glifosato e trabalharemos para que nenhuma lista potencial afete a utilização nem as vendas do glifosato na Califórnia".

Advogados dos consumidores aprovaram a iniciativa da Cal/EPA.

"Dado que o setor de pesquisa da Organização Mundial da Saúde declarou, recentemente, que o glifosato provavelmente seja um cancerígeno para os seres humanos; a inclusão na lista regida pela Proposta 65 e a exigência de que seja

etiquetado como tal são os seguintes passos lógicos”, disse Rebecca Spector, diretora do Centro de Segurança Alimentar da Costa Oeste, a EcoWatch.

---

### **Incra assenta 300 novas famílias no Acre – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/09/2015**

A Superintendência Regional do Incra no Acre promoveu, na última sexta-feira (25), o assentamento de 300 famílias no assentamento Walter Arce, criado na antiga fazenda Brama/Bujari. Como ponto de partida para recepcionar as novas famílias, o Incra/AC realizou o Seminário Direitos Deveres e Políticas Públicas para os Assentamentos.

A realização do seminário foi a estratégia escolhida pela regional, tendo em vista tratar-se de uma área conhecida por uma questão emblemática que se arrastou por anos envolvendo ocupações e muitas disputas jurídicas. No seminário as famílias selecionadas pelo Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (Sipra) foram informadas sobre os deveres em relação a questão ambiental, como por exemplo, a realização de um Plano de Manejo, sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), direitos em relação a titulação, infraestrutura, assistência técnica, crédito, entre outros. Também sobre o acesso as políticas públicas por meio de créditos bancários e a concessão dos créditos do Incra nas modalidades Apoio Inicial, Fomento e Fomento Mulher.

Setores ligados a esfera produtiva rural do estado, assim como infraestrutura em manutenção dos acessos e Programa Luz para Todos também apresentaram os projetos de investimentos para o assentamento e nesse sentido são grandes as perspectivas para investimento em agroindustrialização.

O coordenador do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, Márcio Alercio destacou que a estratégia foi esclarecer o cronograma de assentamento, as regras gerais e tudo que se refere a ação do Incra e das entidades parceiras. “Aproveitando para não deixar dúvidas sobre direitos e deveres dos assentados, assim como as importantes questões sobre a demanda produtiva e organização social”, acrescentou.

#### *Assentamento Walter Arce*

A área é reconhecidamente valorizada, pois está localizada no ramal do Mutum, muito próxima da capital Rio Branco (pouco mais de 10 quilômetros pela rodovia AC-10). Essa localização estratégica motivou disputas emblemáticas das terras que somam 8.366 hectares adquiridos pelo Incra por meio de desapropriação.

No Walter Arce já estão assentadas 222 famílias que faziam parte das 503 famílias que habitavam a faixa de fronteira boliviana e foram repatriadas pelo Incra, instaladas em diversos assentamentos no estado, vindo ter esse processo concluído justamente nesse assentamento.

O casal Antonio Barbosa da Silva (63) e Francisca Maria da Silva (58) disse que participar desse evento organizado pelo Incra antes do assentamento é como estar numa grande festividade em comemoração ao fim dos longos anos de espera por um lote da reforma agrária. “Como não perdemos a esperança, hoje estamos aqui, prontos pra iniciar vida nova na terra que tanto sonhamos”, concluiu Barbosa.

---

**Sem Terra ocupam mais um latifúndio no extremo sul da Bahia – Site do MST.  
28/09/2015**

*Essa é a segunda ocupação realizada no município este ano, o que intensifica as denúncias contra as práticas de desmatamento, queimadas da mata atlântica e o aumento das desigualdades sociais.*

Neste sábado (26), mais de 200 trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra ocuparam a Fazenda Piramboia, de 500 hectares, no município de Itanhém, extremo sul da Bahia.

Essa é a segunda ocupação realizada no município este ano, o que intensifica as denúncias contra as práticas de desmatamento, queimadas da mata atlântica e o aumento das desigualdades sociais geradas pela concentração de terra na região.

Os Sem Terra afirmam que o proprietário da área, Jorge Afonso dos Santos, possui grandes latifúndios improdutivos no município, e que os trabalhadores estariam realizando ocupações em defesa da Reforma Agrária.

De acordo com a direção da Brigada Nelson Mandela, do MST, as ações fazem parte de uma jornada nacional de luta permanente contra os grandes latifúndios, principalmente para cobrar das autoridades governamentais maior agilidade nas desapropriações de terra.

“Essa é a terceira fazenda de Jorge Afonso que o MST ocupa. Duas aconteceram somente neste ano. Nossa luta é contra este modelo de estado burguês que fortalece a concentração das riquezas e não garanti direitos da classe trabalhadora”, afirma a direção.

As famílias exigem maior agilidade por parte do governo na desapropriação de terra e pauta o início do processo de vistoria da fazenda Planície, localizada em Itanhém, onde mais de 140 famílias estão acampadas.

Além disso, os Sem Terra cobram a desburocratização do processo de emissão de posse das fazendas por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA).

Os trabalhadores também reafirmaram o compromisso de permanecer mobilizados e enfatizaram que denunciarão qualquer ameaça ou tentativa de intimidação às famílias acampadas por parte do latifundiário.

---

**No Pará, Via Campesina reafirma luta contra modelo adotado para o campo.  
Viviane Brigida – Site do MST. 30/09/2015**

*Objetivo do encontro que reuniu mais de 400 jovens é mostrar resistência contra o modelo imposto na agricultura brasileira.*

Desde o último domingo (28), cerca de 400 camponeses da Via Campesina participam do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), que acontece no Centro de Conversões de Belém, no Pará, para afirmar a Soberania Popular da Amazônia.

Para a Via Campesina, o objetivo do encontro é mostrar resistência contra o modelo imposto na agricultura brasileira.



Os camponeses, que poderão comercializar seus produtos durante a feira que acontece em paralelo ao evento, também farão relatos de suas próprias experiências no campo em rodas de conversa e debates sobre o modelo hegemônico imposto para o campo.

### *Protagonismo juvenil*

São os jovens camponeses da região Amazônica que cuidarão da animação em defesa da soberania alimentar e da agroecológica durante o Congresso.

Para Fábio Silva, do MST do Pará, “será uma oportunidade de vivenciar com outras pessoas o que queremos e acreditamos para campo, através das místicas, palavras de ordem e muita alegria”.

### *Desafios da Vía Campesina*

Durante estes dias no CBA, os movimentos ligados à Vía Campesina, debaterão meios de fortalecer as lutas sociais e denunciar as mazelas na Amazônia que destrói modos de vida, derruba a floresta, viola direitos humanos e a dignidade dos povos da região.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa